HOSPITAL GERAL DE TAILÂNDIA

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO -INDSH
HOSPITAL GERAL DE TAILÂNDIA (CNPJ 23.453.830/0007-65
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em reais)

BALANÇO PATRIMONIAL

	Notas	2025	2024
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.691.057	3.008.115
Contas a receber	5	-	4.803.166
Estoques	6	715.074	530.687
Outros créditos		136.285	79.522
Despesas antecipadas		3.115	1.957
Depósitos judiciais	13	163.900	449.144
Contratos de gestão	3m	33.875.025	25.603.087
Total do Ativo Circulante		**45.584.456**	**34.475.678**
Não Circulante			
Depósitos judiciais	13	-	579.412
Contas a receber	5	2.291.299	2.291.299
Imobilizado – Próprio	7a	757.590	328.075
Imob. - Contrato de Gestão	7b	15.885.793	15.478.190
Intang.- Contrato de Gestão	7c	72.969	54.090
Total do Ativo não Circulante		**19.007.651**	**18.731.066**
Total do Ativo		**64.592.107**	**53.206.744**
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL			
Circulante			
Fornecedores	8	3.216.816	2.113.931
Obrigações trabalhistas	9	2.959.213	2.454.136
Obrigaçõessociais	10	452.435	340.704
Obrigações fiscais		255.814	138.291
Outras contas a pagar	11	20.329	79.175
Partes relacionadas	12	157.855	149.241
Contratos de gestão	3m	33.875.025	25.603.087
Total do Passivo Circulante		**40.937.487**	**30.878.565**
Não Circulante			
Provisão para contingências	13	381.225	894.281
Receitas diferidas	14	15.885.793	16.295.817
Total do Passivo não Circulante		**16.267.018**	**17.190.098**
Patrimônio Social			
Patrimônio social		5.138.081	1.245.383
Superávit acumulado		2.249.521	3.892.698
Total do Patrimônio Social		**7.387.602**	**5.138.081**
Total do Passivo e Patr. Social		**64.592.107**	**53.206.744**

Demonstrações de Resultados e de Resultados Abrangentes

	Notas	2025	2024
Receitas Operacionais			
Serviços prestados pacientes SUS		54.699.425	42.094.241
Serv. prestados convênios e particulares		-	-
(-) Glosas		-	-
Receita Líquida		**54.699.425**	**42.094.241**
Custos			
Serviços de terceiros		(24.384.398)	(18.907.709)
Pessoal e encargos		(12.257.028)	(10.349.366)
Materiais e medicamentos		(6.850.477)	(4.029.318)
Superávit Líquido		**11.207.522**	**8.807.848**
Despesas			
Pessoal e encargos		(3.064.257)	(2.587.341)
Serviços de terceiros		-	-
Impostos, taxas e contribuições		(42.292)	(28.877)
Depreciação/amortização		(520.151)	(63.903)
Despesas gerais e administrativas	15	(6.847.411)	(2.646.696)
Superávit Antes do Resul. Finan.		**733.411**	**3.481.031**
Financeira Líquidas			
Despesas financeiras		(88.767)	(82.331)
Receitas financeiras		487.840	344.726
Superávit Antes de Outras Despesas e Receitas		**1.132.484**	**3.743.426**
Outras Despesas e Receitas			
Doações e subvenções		2.450	26.397
Outras receitas e despesas		1.114.587	122.875
Superávit do Exercício		**2.249.521**	**3.892.698**
Outros resultados abrangentes		-	-
Total de resultado abrangentes		**2.249.521**	**3.892.698**

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	2025	2024
Receitas	**55.816.462**	**42.243.513**
Serv. prestados pac. SUS	54.699.425	42.094.241
Outras receitas e despesas	1.117.037	149.272
(-) Glosas	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	**(38.082.286)**	**(25.583.723)**
Serviços de terceiros	(24.384.398)	(18.907.709)
Materiais e medicamentos, Despesas gerais e admin.	(13.697.888)	(6.676.014)
Valor adicionado bruto (1-2)	**17.734.176**	**16.659.790**
Retenções	**(520.151)**	**(63.903)**
Depreciação/amortização	(520.151)	(63.903)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	**17.214.025**	**16.595.887**
Valor adicionado recebido em transferência	**487.840**	**344.726**
Receitas financeiras	487.840	344.726
Valor adicionado total a distribuir (5+6)	**17.701.865**	**16.940.613**
Distribuição do valor adicionado	**17.701.865**	**16.940.613**
Pessoal e encargos	15.321.285	12.936.707
Impostos, taxas e contribuições	42.292	28.877
Despesas financeiras	88.767	82.331
Superávit do Exercício	2.249.521	3.892.698

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Patrimônio Social	Superávit/ (Déficit) Acum.	Total
Saldos em 31/12/23	**3.124.727**	**(1.879.344)**	**1.245.383**
Incorporação ao Patrimônio Social	(1.879.344)	1.879.344	-
Superávit / (Déficit)do Exercício	-	3.892.698	3.892.698
Saldos em 31/12/2024	**1.245.383**	**3.892.698**	**5.138.081**
Incorp. ao Patr. Social	3.892.698	(3.892.698)	-
Superávit do Exercício	-	2.249.521	2.249.521
Saldos em 31/12/2025	**5.138.081**	**2.249.521**	**7.387.602**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS – Mét. Indireto

	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Exercício	**2.249.521**	**3.892.698**
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa		
Depreciação/Amortização	520.151	2.738.125
Provisão para Contingências / (Reversão de provisão)	(513.057)	(665.408)
Transferências	-	-
Superávit do Exercício Ajustado	**2.256.615**	**5.965.415**
(Aumento) / Redução do Ativo		
Contas a Receber	4.803.166	(4.803.166)
Estoques	(184.387)	34.733
Outros Créditos	(56.763)	(34.931)
Despesas Antecipadas	(1.158)	(1.957)
Depósitos Judiciais	864.656	(76.952)
Aumento / (Redução) do Passivo		
Fornecedores	1.102.885	25.088
Obrigações Trabalhistas	505.077	347.362
Obrigações Sociais	111.731	29.473
Obrigações Fiscais	117.523	(126.521)
Outras Contas a Pagar	(58.846)	23.682
Receitas Diferidas	(410.024)	7.856.664
FLUXO DE CAIXA GERADO/ (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE OPERACIONAL	**9.050.475**	**9.238.890**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Ativo Imob. e Intangível	(1.377.669)	(10.024.306)
Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	1.522	27.985
FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO PELA ATIVIDADE DE INVEST.	**(1.376.147)**	**(9.996.321)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Partes Relacionadas	8.614	115.423
FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO	**8.614**	**115.423**
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**7.682.942**	**(642.008)**
No início do exercício	3.008.115	3.650.123
No fim do exercício	10.691.057	3.008.115
Caixa e Equiv. de Caixa no fim do exer.	**7.682.942**	**(642.008)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL: **a. Objetivos Sociais**: O Hospital Geral de Tailândia foi inaugurado oficialmente pelo Governo do Estado do Pará em 2011. O Hospital possui 51 (cinquenta e um) leitos, 20 postos de Terapia Renal Substitutiva, 10 (dez) leitos de UTI adulto tipo II e 10 (dez) leitos de UTI Neonatal tipo II, conta com uma Unidade de Cuidados Intermediários (UCI) que oferece 9 (nove) leitos, sendo 06 (seis) destinados a pacientes adultos e 03 (três) infantis e funciona em regime semi-intensivo para receber pacientes em estado grave, além de oferecer os serviços: ortopedia, traumatologia, cardiologia, infectologia, nefrologia, cirurgia vascular, radiologia, cirurgia geral e anestesiologia, exames de mamografia, endoscopia, ultrassonografia, eletrocardiograma, raio-x e laboratoriais. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital está situado na Avenida Florianópolis, s/nº, bairro Novo, cidade de Tailândia/PA. **b. Contrato de Gestão**: O Hospital Geral de Tailândia é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de julho de 2013, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 002/SESPA/2018, vigente até 15 de junho de 2026. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual n° 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar Nº 187 /2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: a. Declaração de Conformidade: Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09.

b. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em13 de fevereiro de 2026. **c. Base de Mensuração**: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor **b. Estoques**: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração.** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **ii. Custos Subsequentes** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %	
Imóveis	4%
Aparelhos Med. e Cir.	10%
Instrumentos de Cirurgia	10%
Máquina e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Móveis e Utensílios Hosp.	10%
Aparelhos telefônicos	20%
Eq. Informática	20%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software.

Taxa Anual de Amortização - %	
Software	20%

e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil lí-

Continua ...

Continuação ...

quido ao valor recuperável. **f. Julgamentos e Estimativas**: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **i. Provisões para Riscos Judiciais**: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g. Apuração do Superávit/Déficit** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h. Reconhecimento de Receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos** Nas demonstrações financeiras de 2025 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **k. Patrimônio Líquido** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Contratos de Gestão** A Administração doInstitutoadota dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e reconhece o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**2025**	**2024**
Caixa em espécie	1.000	1.000
Banco conta movimento	639.012	157.160
Aplicações finan.de liquidez imediata	5.457.742	2.547.987
Aplic. finan. de liq. imediata (Reserva)	4.593.303	301.968
Total	**10.691.057**	**3.008.115**

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

5. CONTAS A RECEBER	**2025**	**2024**
Circulante		
Contrato 002/2018 – SESPA	-	4.803.166
Total		**-4.803.166**
Não Circulante		
Contrato 020/2013 – SESPA(i)	2.291.299	2.291.299
Total	**2.291.299**	**2.291.299**

(i) Osaldo de contas a receber não circulante refere-se a valores do contrato anterior, em discussão para recebimento junto à Secretaria de Saúde do Estado do Pará. O saldo é considerado recebível pela Administração, portanto não são consideradas provisões para perdas.

AgingList	**2025**	**2024**
Até 30 dias	-	4.746.470
De 31 a 60 dias	-	56.696
+ de 360 dias	2.291.299	2.291.299
Total	**2.291.299**	**7.094.465**

6. ESTOQUES	**2025**	**2024**
Drogas e medicamentos	333.521	227.288
Materiais de uso do paciente	202.348	115.367
Materiais de manutenção	34.652	22.024
Gases medicinais	21.588	66.082
Limpeza e higienização	22.754	18.438
Fios cirúrgicos	15.489	13.984
Materiais de lavanderia	16.296	12.979
Materiais de expediente e impressos	23.043	22.739
Peças e acessórios de reposição	6.225	15.588
Dietas enterais e parenterais	15.050	7.608
Materiais de informática	6.384	2.883
Equipamento de proteção individual	13.324	5.042
Demais materiais	4.400	665
Total	**715.074**	**530.687**

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

7. IMOBILIZADO: a. Imobilizado – Próprio

	Aparelhos Med. e Cir.	Aparelhos Telefôn.	Eq. Informática	Instrum. de Cirurgia	Máq. e Equip.	Móveis e Utensílios	Móveis e Utens. Hosp.	Total
Em 31 de dezembro de 2024								
Saldo inicial	18.566	-	5.529	-	76.301	18.567	5.421	124.384
Aquisições	7.990	-	10.755	-	51.725	158.830	2.182	231.482
Transferências	-	-	2.699	4.466	(24.957)	17.792	-	-
Baixas	-	-	-	-	(27.985)	-	-	(27.985)
Reversão depreciação	20	-	758	-	39.298	7.282	1.279	48.637
Depreciação	(3.391)	-	(4.058)	(858)	(23.377)	(15.906)	(853)	(48.443)
Saldo contábil líquido	**23.185**	**-**	**15.683**	**3.608**	**91.005**	**186.565**	**8.029**	**328.075**
Em 31 de dezembro de 2025								
Saldo inicial	23.185	-	15.683	3.608	91.005	186.565	8.029	328.075
Aquisições	1.880	219	8.640	5.625	67.129	440.028	-	523.521
Transferências	-	3.933	-	-	-	(3.933)	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(3.295)	(140)	(4.914)	(3.624)	(25.981)	(55.181)	(871)	(94.006)
Saldo contábil líquido	**21.770**	**4.012**	**19.409**	**5.609**	**132.153**	**567.479**	**7.158**	**757.590**

b. Imobilizado - Contrato de Gestão

	Aparelhos Med. e Cir.	Eq. Informática	Imóveis	Máquina e Equip.	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2024							
Saldo inicial	-	-	-	-	-	8.426.241	8.426.241
Aquisições	14.600	79.846	-	1.845.060	801.369	7.051.949	9.792.824
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(14.600)	(79.846)	-	(1.845.060)	(801.369)	-	(2.740.875)
Saldo contábil líquido	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**15.478.190**	**15.478.190**
Em 31 de dezembro de 2025							
Saldo inicial	-	-	-	-	-	15.478.190	15.478.190
Aquisições	-	-	-	-	-	819.149	819.14
Transferências	-	-	16.182.663	114.676	-	(16.297.339)	-
Baixas	-	-	(1.522)	-	-	-	(1.522)
Depreciação	-	-	(410.024)	-	-	-	(410.024)
Saldo contábil líquido	**-**		**-15.771.117**	**114.676**	**-**	**-**	**15.885.793**

c. Intangível - Contrato de Gestão

	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2024		
Saldo inicial	51.534	51.534
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Reversão amortização	18.016	18.016
Amortização	(15.460)	(15.460)
Saldo contábil líquido	**54.090**	**54.090**
Em 31 de dezembro de 2025		
Saldo inicial	54.090	54.090
Aquisições	35.000	35.000
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	(16.121)	(16.121)
Saldo contábil líquido	**72.969**	**72.969**

8. FORNECEDORES	**2025**	**2024**
Materiais e medicamentos	508.690	225.556
Serviços	622.920	471.565
Serviços médicos	1.840.118	1.324.163
Diversos	245.088	92.647
Total	**3.216.816**	**2.113.931**

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	**2025**	**2024**
Ordenados e salários a pagar	1.072.068	848.195
Provisão férias	1.653.726	1.405.723
Provisões FGTS s/férias	132.204	112.283
Outras provisões	101.215	87.935
Total	**2.959.213**	**2.454.136**

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS	**2025**	**2024**
INSS a recolher	127.166	93.422
FGTS a recolher	111.985	121.297
Empréstimos FGTS	65.450	-
IRRF s/ folha a recolher	134.640	116.578
Contr. sindical	13.194	9.407
Total	**452.435**	**340.704**

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR	**2025**	**2024**
Empréstimos de material	-	-
Seguros a pagar	910	-
Verba piso salarial da enfermagem (i)	19.419	79.175
Total	**20.329**	**79.175**

(i) No ano de 2023/2024/2025, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais.

12. PARTES RELACIONADAS	**2025**	**2024**
Passivo		
SEDE ADMINISTRATIVA	157.855	149.241
Total Circulante	**157.855**	**149.241**

O saldo a pagar em 2025 no passivo circulante de R$ 157.855 (R$ 149.241 em 2024), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.

13. PROVISÃO PARA CONTIGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS: a. Processos com prognóstico de perda provável A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão constituída para fazer face aos processos.

Provável	**2025**	**2024**
Trabalhista	250.725	894.281
Tributária	130.500	-
Total	**381.225**	**894.281**

b. Processos com prognóstico de perda possível Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

Possível	**2025**	**2024**
Cível	1.447.623	-
Tributária	-	261.000
Trabalhista	90.401	1.086.293
Administrativa	100.000	100.000
Total	**1.638.024**	**1.447.293**

A Entidade manteve o montante de R$ 163.900 em depósitos judiciais e/ou recursais para possibilitar o andamento dos processos e eventuais coberturas dos valores discutidos.

14. RECEITAS DIFERIDAS: O montante demonstrado no grupo de obrigações para investimento, em 31/12/2025, refere-se à entrada do recurso a ser utilizado para obra de ampliação e reforma da fachada pelo contrato de gestão.

	2025	**2024**
Imobilizado – contrato de gestão	19.398.817	18.219.065
Intangível – contrato de gestão	-	-
Total investido em ativo	**19.398.817**	**18.219.065**
Depreciação/amort. acumulada	(3.513.024)	(2.740.875)
Total imob./intang. líquido	**15.885.793**	**15.478.190**
Saldo para investimento	-	817.627
Total	**15.885.793**	**16.295.817**

15.DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	**2024**
Serviços de gestão	(1.708.848)	(883.673)
Energia elétrica	(1.210.894)	(1.299.695)
Aluguel de máquinas	(2.090.254)	(544.692)
Manutenção e conservação	(362.767)	(125.203)
Viagens e hospedagem	(137.996)	(89.273)
Fretes e carretos	(39.488)	(38.614)
(Provisão) Reversão de conting.	(130.500)	665.408
Outros	(1.166.664)	(330.954)
Total	**(6.847.411)**	**(2.646.696)**

16. RENÚNCIA FISCAL A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional – CTN. Atendendo ao disposto no item 27 – (C) do ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade dever ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2025	**2024**
Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	2.986.228	2.625.222
INSS	**2.986.228**	**2.625.222**
COFINS	1.640.983	1.262.827
COFINS	**1.640.983**	**1.262.827**
Total	**4.627.211**	**3.888.049**

17. COBERTURA DE SEGUROS: Em 2025, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de contro-

Continua ...

Continuação ...

les. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2025	2024
Aplic. finan. de liquidez imediata	10.051.045	2.849.955
Contas a receber	2.291.299	7.094.465
Total ativos financeiros	**12.342.344**	**9.944.420**
Fornecedores	3.216.816	2.113.931
Total passivos financeiros	**3.216.816**	**2.113.931**

19. GESTÃO DE RISCOS: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros **i. Riscos de Liquidez**: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES Ofício de repactuação de valores a receber - Em 19 de janeiro de 2026, a Administração do Hospital apresentou ofício para repactuação de contas a receber de longa data junto ao Ente Público, entretanto, até a emissão destas demonstrações contábeis, não houve retorno do Ente. Encerramento do contrato de gestão - Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão Contrato 002/2018 - SESPA estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, após seu encerramento em 15 de junho de 2026.

Tailândia - PA, 13 de fevereiro de 2026.

Eduardo Pereira da Silva - Diretor Executivo
CPF: xxx.541.418-xx

Wanderson Dias de Jesus
Contador - CRC PA 022886/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

À Diretoria do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH**
Hospital Geral de Tailândia. Tailândia – PA

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Geral de Tailândia, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Geral de Tailândia, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria**: Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das Demonstrações Financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas Demonstrações Financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• **Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa**: A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo, mas não se limitando, aos níveis de incerteza de recebimento e renegociação com ente público. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração acerca do recebimento dos valores contratuais e ofícios junto ao Ente Público. Concluímos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e classificação de parte do contas a receber junto a SESPA como não circulante, os quais foram baseados na expectativa de êxito em negociação com o ente público.

• **Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: Imobilizado de gestão: Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis Transações com partes relacionadas: A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo sua sede Adminsitrativa, em operações de pagamento de reembolso de despesas compartilhadas. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 18 de fevereiro de 2024, sem modificações. **Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentadas como informação suplementar para fins de divulgação, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas Demonstrações Financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2026.

PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES
CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2
Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-6

Protocolo: 1295293